

Atualização da Tabela Remuneratória Única

Governo mantém injustiças salariais na AP

A **FESAP** reuniu esta quarta-feira, 6 de janeiro, com a Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, Alexandra Leitão, para negociação do projeto de portaria que procederá à atualização da Tabela Remuneratória Única para 2021.

Apesar de ter sido apresentada uma proposta que demonstrou algum esforço de resposta às reivindicações da **FESAP** relativamente à proposta submetida na reunião de dia 4 de janeiro, **esta fica aquém do pretendido pela Federação, uma vez que mantém inalteradas as remunerações de cerca de 550 mil trabalhadores, anula o afastamento que desde 2019 se verificava entre o salário mínimo e a posição de ingresso na Administração Pública, mantém ou agrava as injustiças entre trabalhadores, reforça a trajetória de aproximação do ordenado médio ao ordenado mínimo e sedimenta uma política remuneratória assente em salários baixos.**

O documento apresentado também não prevê a devolução dos pontos indevidamente retirados aos trabalhadores das primeiras posições remuneratórias, uma vez que o seu direito à progressão na carreira foi anulado pelo aumento do salário mínimo, **numa situação que pode resultar em casos de trabalhadores que se aposentam com o mesmo salário de trabalhadores acabados de ingressar na carreira de assistente operacional.**

Assim, e de acordo com o projeto de portaria do Governo, a remuneração de entrada na Administração Pública (4ª posição da TRU), passa a ser de 665,00 € (o mesmo valor do salário mínimo), enquanto as 5ª, 6ª e 7ª posições da TRU passam para os 703,13 €, 750,26 € e 801,91 €, respetivamente. **Todas as outras posições da TRU ficam congeladas, numa proposta que, depois do ridículo aumento de 0,3% verificado em 2020, só pode merecer a mais veemente oposição por parte da FESAP e dos trabalhadores.**

A **FESAP** apela ao Governo, nomeadamente ao Primeiro-ministro, António Costa, **no sentido da introdução de melhorias significativas e promotoras da justiça salarial na Administração Pública**, que impeçam que se verifique um cenário de trabalhadores que só no final da década assistirão a nova progressão na carreira, **caso não se proceda à exigida alteração do SIADAP que diminua o número de pontos necessários para efeitos de progressão na carreira.**

A **FESAP** solicitará a realização de uma reunião de negociação suplementar, **esperando que nessa reunião seja apresentada uma proposta que vá ao encontro das justas reivindicações dos trabalhadores**, nomeadamente através da contagem dos pontos indevidamente retirados, permitindo a sua acumulação com os entretanto obtidos nos últimos dois anos, momento a partir do qual a contagem dos pontos passou a ser feita com normalidade, conforme exigido pela Federação.

Lisboa, 6 de janeiro de 2021